




DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO ÂMBITO DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

SEXUAL AND GENDER DIVERSITY IN THE
CONTEXT OF HISTORICAL-DIALECTICAL
MATERIALISM

DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO EN EL
ÁMBITO DEL MATERIALISMO
HISTÓRICO-DIALÉCTICO

 10.5935/2177-6644.20230041

Gabriel de Araujo Souto *

 [0009-0000-8537-0307](https://orcid.org/0009-0000-8537-0307)

Resumo: É inegável a mudança entre o capitalismo do século XIX e o dos dias atuais quando pensamos na maneira como as sociedades passaram a tratar a diversidade sexual e de gênero, principalmente no ocidente. Na medida em que as lutas avançavam, o capitalismo neoliberal mostrou que era capaz de assimilar tais pautas, mas desde que os sujeitos não interferissem no modelo de mercado vigente. Questões sexuais e de gênero ligadas ao marxismo podem soar para alguns como uma produção “pouco” falada academicamente. De fato, muitos fatores contribuíram para tal, como as mudanças de organização do trabalho. Isso trouxe impacto significativo na forma de organização dos trabalhadores. Buscaremos debater essas questões e relacioná-las com a luta de classe.


Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Materialismo.

Abstract: It is undeniable the change between 19th-century capitalism and present-day capitalism when we think about how societies have started to address sexual and gender diversity, especially in the West. As the struggles progressed, neoliberal capitalism showed that it was capable of assimilating such issues, as long as individuals did not interfere with the current market model. Sexual and gender-related issues connected to Marxism may sound like a topic that is "less" academically discussed for some. Indeed, many factors have contributed to this, such as changes in work organization. This has had a significant impact on the way workers are organized. We will seek to discuss these issues and relate them to the class struggle.

Key-words: Gender. Sexuality. Materialism.

Resumen: Es innegable el cambio entre el capitalismo del siglo XIX y el actual cuando pensamos en la forma en que las sociedades han comenzado a abordar la diversidad sexual y de género, especialmente en Occidente. A medida que las luchas avanzaban, el capitalismo neoliberal demostró ser capaz de asimilar tales temas, siempre y cuando los individuos no interfirieran en el modelo de mercado vigente. Las cuestiones sexuales y de género relacionadas con el marxismo pueden parecer para algunos como un tema "poco" tratado académicamente. De hecho, muchos factores han contribuido a esto, como los cambios en la organización del trabajo. Esto ha tenido un impacto significativo en la forma en que los trabajadores se organizan. Buscaremos debatir estas cuestiones y relacionarlas con la lucha de clases.

Palabras-clave: Género. Sexualidad. Materialismo.

* Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  [8920307354369175](https://orcid.org/8920307354369175) - E-mail: gabrielldearaujo@gmail.com.

Introdução

Recentemente, tem havido uma articulação entre o pensamento *queer* e o materialismo histórico-dialético, resultando em uma "virada econômica" ou "materialista" no ativismo e na literatura *queer* a partir do final dos anos 2000. Segundo Sophie Noyé (2019), essa virada é caracterizada por uma crescente atenção às desigualdades de classe no movimento LGBTQIAP+, especialmente para os *queer of color*¹, que a partir de suas experiências de subalternidade, trazem a questão das desigualdades econômicas para o centro do debate. Além disso, há uma crítica ao neoliberalismo e às dinâmicas de regulação estatal e capitalista das sexualidades. Embora a reflexão sobre as desigualdades econômicas nem sempre esteja enraizada em uma análise materialista, muitos escritos *queer* retomam conceitualizações materialistas e marxistas para evidenciar a relação entre heteronormatividade e capital. Portanto, a "virada econômica" *queer* é, em grande medida, ligada a uma "virada materialista" e, principalmente, a uma "virada marxista", embora não se reduza a isso.

Nessa perspectiva materialista, é importante considerar que as mudanças teóricas estão relacionadas a contextos econômicos e sociais específicos. A virada nos estudos *queer* se explica pelo aumento das desigualdades dentro da comunidade LGBTQIAP+, em parte devido ao foco na aquisição de direitos formais por parte do movimento *gay mainstream*². Autores como David L. Eng, Judith Halberstam e José Esteban Muñoz (2005), apontam a distância entre gays e lésbicas que pleiteiam pelo casamento e, de outro lado, as políticas *queer* que contestam as desigualdades vinculadas à privatização da família, ao Estado imperialista e ao mercado neoliberal. Ou seja, ao se concentrar exclusivamente nas demandas por igualdade civil, a comunidade LGBTQIAP+ tem negligenciado pautas mais radicais que abordam a exploração capitalista e as políticas racistas e imperialistas.

¹ A origem do termo "*queer of color*" é geralmente atribuída ao trabalho da ativista, escritora e professora negra norte-americana Kimberlé Crenshaw. Em 1989, a mesma publicou um artigo intitulado *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* na Universidade de Chicago Legal Forum, no qual ela discutiu a interseccionalidade das opressões e a necessidade de uma análise interseccional para combater a discriminação. O termo "*queer of color*" se desenvolveu posteriormente no contexto do movimento *queer* de cor nos Estados Unidos nos anos 90. Refere-se, portanto, a pessoas que se identificam como *queer* e que também pertencem a minorias étnicas ou raciais. É uma forma de destacar as experiências específicas de opressão e marginalização que as pessoas *queer* enfrentam, além de sua raça ou etnia. A ideia é que essas duas identidades se interconectam e se influenciam mutuamente, criando uma experiência única de discriminação e luta.

² *Mainstream* é um termo em inglês que se refere ao que é considerado comum, popular ou dominante em uma determinada cultura ou sociedade (HALL, 1980; FISKE, 1989). Pode ser usado para descrever ideias, comportamentos, tendências, produtos culturais, entre outros aspectos que são amplamente aceitos e consumidos pela maioria das pessoas, muitas vezes em detrimento de alternativas menos conhecidas ou aceitas.

Nunca é demais destacar que ao falar do movimento LGBTQIAP+ implica, portanto, chamar a atenção para a sexualidade como questão social e política, seja como fonte de estigma, intolerância e opressão, seja como meio para expressar identidades e estilos de vida. Um dos desdobramentos dessa experiência histórica fundante foi a formação de uma historiografia, que a cada conjuntura intelectual e política específica tem buscado compreender a contribuição e o significado das experiências da comunidade na história e na sociedade brasileira.

A visão do Brasil como terra do excesso sexual provinha já da época da colonização, como sugere relatos de viajantes a respeito de práticas do “pecado nefando” entre os ameríndios e documentos sobre denúncias de sodomia durante visitação do Santo Ofício, na Bahia e Pernambuco, no final do século XVI e início do XVII. A sexualidade esteve presente em muitas interpretações clássicas do Brasil. Temas como sensualidade e luxúria estiveram colocados como espécie de propensão coletiva ao sexual e ao desregramento erótico, o que foi caracterizado como traços importantes da brasilidade, segundo autores como Nina Rodrigues, Paulo Prado e Gilberto Freyre (SIMÕES, 2012).

Durante o final do século XIX e início do XX, várias explicações foram dadas para esses comportamentos “perversos”, nos quais se destacavam os de pessoas do mesmo sexo. “Influência do calor tropical; a natureza supostamente mais excitável, ardente e descontrolada de africanos, ameríndios e portugueses; as condições sociais de desigualdade; violência e degradação moral forjadas na escravidão; ou, ainda, uma combinação de tudo isso” (SIMÕES, p. 120, 2012).

Foi a partir de 1970 que o tema deixou de ser incidental e se tornou foco de pesquisas mais sistemáticas dentro das Ciências Sociais, fato a que podemos atribuir ao contexto da libertação sexual nos Estados Unidos e na Europa durante a chamada “contracultura” por volta dos anos 1960, que culminou com um episódio de grande conhecimento entre a comunidade LGBTQIAP+ até os dias atuais, que foi a rebelião dos frequentadores homossexuais do clube *Stonewall* contra a polícia de Nova York em 1969. No Brasil dos anos 1970, sob a ditadura militar, tivemos exemplos de contestação cultural que abriram algumas brechas contra a repressão. Caetano Veloso ao voltar de seu exílio na Inglaterra, em 1972, surpreendeu o público ao usar batom e encenar uma apresentação à moda de Carmen Miranda. Tínhamos também o grupo teatral Dzi Croquettes, que misturava elementos do dito masculino e feminino em suas apresentações pelo país (CHIRILÃ, 2020). Em 1978 emergiria

também um movimento homossexual no país, marcados pela criação do jornal *Lampião* e a fundação do grupo *Somos de Afirmação Homossexual*.

O Historiador James Green em sua obra *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX*, publicado em 2000, analisa a história da homossexualidade masculina no Brasil, abordando temas como a criminalização, a medicalização, as identidades, as comunidades e as lutas políticas da comunidade. Os estudos recentes sobre os LGBTQIAP+ no país acompanharam esse quadro maior de transformações. Esse processo se deu tanto em função de revisões de alguns temas clássicos, como também a partir da abertura de novas perspectivas de investigação. Porém, apesar de expressivos avanços até aqui alcançados, a pesquisa historiográfica tem muito ainda a esclarecer sobre importantes aspectos da história da comunidade no Brasil, particularmente para certos tópicos, regiões e períodos.

Contextualizando o “casamento” capitalismo e diversidade

O capitalismo, como modo de produção e reprodução social, opera por meio das relações sociais de estrutura que o compõem. Como as relações de classe, raça, gênero e sexualidade, por exemplo. Essas relações trazem consigo grupos e clivagens sociais, cada uma expressa a sua maneira, com diferenças políticas, econômicas e culturais. No entanto, ao mesmo tempo em que essas relações se articulam, também se contradizem. Sendo assim, elas acabam por ajudar esse modo de produção e reprodução social.

Importante destacar que a onda neoliberal trouxe no decorrer das décadas algumas “mudanças morais” nos grandes centros urbanos, na qual se expandiram “as possibilidades sexuais”, mas também houve novos conformismos. O mercado gay se vê grande, mas não representa diversidade. Peter Ducker (2017) nos lembra que isso leva à marginalização das pessoas LGBTQIAP+, pois cria certos padrões normativos, onde temos a exigência de um corpo, uma cor, uma vestimenta ou um gênero “ideal” para o *marketing*. Sendo assim, gays e lésbicas brancos de classe média ou classe rica são os únicos privilegiados.

O processo neoliberal gerou uma "homonormatividade", nos termos de Susan Duggan (2002). Isso ocorreu porque as questões LGBTQIA+ foram assimiladas pelo sistema. A homonormatividade, ao buscar se assimilar com a cultura heterossexista, acaba por apoiar as instituições que a sustentam, tais como o casamento monogâmico e a lógica binária do gênero³. Isso resulta na construção de uma cultura que valoriza a homossexualidade que se

³ De acordo com Taiza Rossini (2018), a binaridade de gênero limita as pessoas a se identificarem apenas como homens ou mulheres, restringindo suas possibilidades de "performance" e separando os indivíduos. Desde o

enquadra em padrões aceitáveis e que se alinha com a cultura dominante, que é também racista e classista. Em outras palavras, a homonormatividade acaba reforçando as normas e valores dominantes, em vez de questioná-las e desafiá-las.

Pensando Gênero e Sexualidade

Para evitar possíveis confusões e equívocos ao longo das reflexões presentes neste artigo, serão apresentadas algumas conceituações fundamentais. Por meio dessas conceituações, será possível compreender de forma mais clara e precisa a complexidade das relações sociais e os diversos fatores que influenciam na construção das identidades e das diferenças. Dessa forma, será possível analisar de maneira mais aprofundada as questões de gênero, raça, classe e outros aspectos que permeiam as relações sociais e culturais.

O gênero se refere às diversas formas objetivas e subjetivas de ser homem ou mulher, que não se limitam apenas às características naturais dos corpos, mas também incluem as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos ao longo da história da humanidade. É importante destacar que o gênero não se resume apenas à genitália, mas envolve uma complexa construção social que se desenvolve no decorrer do tempo. Através dessas relações sociais, os indivíduos percebem um ao outro como seres que podem ser diversos, o que possibilita a construção da identidade de gênero para além do sexo de nascimento. Atribuindo funções corporais que distinguem cada sexo, a sociedade permite que sejam estabelecidas determinadas normas de comportamento associadas a cada gênero.

Desse modo, a construção da identidade de gênero é influenciada pelas relações sociais estabelecidas em um determinado contexto, que podem variar de acordo com a cultura, a época histórica e outros fatores. É importante ressaltar que essa construção não é algo fixo e imutável, mas sim um processo dinâmico que está em constante evolução e transformação.

Portanto, o gênero é um conceito complexo que envolve tanto aspectos biológicos quanto sociais e culturais, e sua compreensão requer uma análise cuidadosa das relações estabelecidas entre os indivíduos em diferentes contextos históricos e culturais.

No que se refere à sexualidade, esta se manifesta através do ato sexual, do amor e do desamor, da procriação e do prazer, não se restringindo ao indivíduo e sendo moldada pelas necessidades de cada época, podendo ser mais aberta ou restrita. Entretanto, é importante

nascimento, a criança é identificada de acordo com seu órgão sexual e, a partir daí, são definidos seus papéis de gênero, como o menino usando azul e a menina usando rosa. Assim, representar um gênero está intrinsecamente ligado à identidade do indivíduo. Se a pessoa não se reconhece com o gênero ao qual foi atribuída, isso pode causar um sentimento de não pertencimento ao próprio corpo.

destacar que, segundo Saffioti (2004), não é possível reduzir gênero e sexualidade apenas às relações de dominação e exploração, pois tais conceitos são mais amplos e complexos, envolvendo aspectos históricos, culturais e sociais que influenciam na sua construção.

A sexualidade refere-se, basicamente, às diversas maneiras de expressão da prática sexual-afetiva: tensão, libido e prazer se entrecruzam com amor, romance, conquista e sedução. Ela ajuda a conferir conteúdo a nossa personalidade e individualidade. Assim como a sexualidade não se reduz a uma condição biológica, a genitália de uma pessoa não conduz, necessariamente, o destino de sua experiência sexual nem de gênero (NOGUEIRA *et al.*, p. 55-56, 2020).

A sexualidade é um aspecto complexo e multifacetado da vida humana que está intrinsecamente relacionado às dimensões sociais e culturais. Nesse sentido, é importante destacar que o desejo por homens e/ou mulheres, sejam cisgêneros⁴ ou trans⁵, não é uma característica inata, mas sim uma construção social. De maneira semelhante, a identificação das pessoas como mulher, homem, não-binário⁶, travesti⁷, entre outras categorias, também é moldada por fatores sociais e históricos.

Em *O Problema do Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, obra publicada originalmente em 1990, Judith Butler introduz a ideia de "performatividade de gênero". Através desta teoria, a autora argumenta que o gênero não é algo inato ou pré-dado, mas sim uma construção social que se manifesta por meio de ações repetidas e performances que são reforçadas ao longo do tempo. Ao desafiar a concepção tradicional de que o gênero é uma expressão natural e imutável da identidade pessoal, Butler propõe que ele é algo criado e sustentado por normas sociais e culturais.

Assim, é necessário compreender que as determinações sociais e históricas atravessam a sexualidade, e cada sociedade organiza essa prática social de forma particular para compreender as formas pelas quais as pessoas experimentam sua sexualidade. Nesse sentido, é importante que sejam feitas reflexões acerca das questões de gênero e sexualidade, de

⁴ Uma pessoa cisgênero é aquela que se identifica com o gênero que lhe foi designado no nascimento de acordo com sua genitália. Ou seja, uma pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo biológico. De acordo com Corrêa (2018), a cisgeneridade é um privilégio social que é naturalizado e muitas vezes invisibilizado, o que pode levar a discriminação e violência contra pessoas trans e não-binárias.

⁵ Segundo a *American Psychological Association*, uma pessoa trans é aquela cuja identidade de gênero difere daquela que lhe foi atribuída no nascimento com base em características sexuais visíveis, como genitais ou cromossomos. Pessoas trans podem identificar-se como homem, mulher, ambos, nenhum dos dois ou outro gênero. A experiência de ser trans é única para cada indivíduo e pode incluir a busca por tratamentos médicos, como hormonioterapia ou cirurgia de redesignação sexual, além de apoio psicológico e social. Ver: [American Psychological Association](#)

⁶ Segundo Richards *et al.* (2016), a não-binariedade é um termo guarda-chuva que se refere a todas as identidades de gênero que não se encaixam na categoria binária de homem/mulher.

⁷ A identidade de gênero é uma construção social e cultural, e a vivência como travesti está frequentemente associada à discriminação e à marginalização na sociedade. Para saber mais ler *Travestis: entre o espelho e a rua*, de Don Kulick. A obra é resultado de um estudo antropológico realizado pelo autor na cidade de Salvador, Bahia, e apresenta relatos e reflexões sobre a vida e a experiência de travestis na sociedade brasileira.

forma a desconstruir preconceitos e estereótipos e promover uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

A lógica por trás das políticas afirmativas e emancipatórias

O desenvolvimento do capitalismo fordista, com a sua lógica de produção em massa e de padronização, promoveu um processo de reificação que contribuiu para a mercantilização e privatização das identidades sexuais e de gênero na contemporaneidade neoliberal. Nesse sentido, as condições objetivas e subjetivas geradas pela sociedade de consumo criaram uma cultura em que as identidades são percebidas como produtos e serviços que podem ser comercializados e consumidos.

Os autores Rosemary Hennessy (1995) e Alan Sears (2005) demonstram grande interesse em compreender como o neoliberalismo, que tem a capacidade de colonizar diferentes campos sociais, tem influenciado a constituição das identidades sexuais e de gênero. Nesse sentido, as identidades sexuais e de gênero tornaram-se "estilos de vida" (*lifestyle*), marcados pela oferta de um conjunto de bens e práticas que são vendidos e consumidos de forma individual. Essa construção de subjetividades LGBTQI é fortalecida pelo surgimento de um "*pink market*", composto por bares, lojas, produtos, roupas, viagens e outras formas de consumo que contribuem para a construção de uma identidade percebida como LGBTQIAP+.

O jornalista Luís Lima, da CNN Business Brasil, publicou um artigo em 22 de junho de 2020 intitulado *10 empresas que fazem a diferença e a lição de casa para a inclusão de LGBTQI*⁸, sugerindo que o capitalismo pode ser um sistema inclusivo e que grandes empresas estão dispostas a adotar políticas afirmativas e emancipatórias.

A primeira empresa destacada na matéria é a *Atento*, uma empresa de *telemarketing* com sede em Madri, que implementou medidas desde 2013, como permitir o uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero e, em 2014, o uso do "crachá social" para que os funcionários possam ser identificados pelo seu nome social. Além disso, o nome social também é utilizado no e-mail corporativo e em benefícios como vale-alimentação.

Outra empresa que merece destaque é o *Grupo Pão de Açúcar*, que integra o *Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI*⁹ e a *TransEmpregos*¹⁰. Em 2019, a empresa contratou 31

⁸ Matéria Disponível em: [CNN Brasil](#).

⁹ O *Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI* surgiu em 26 de março de 2013 em reunião realizada no Instituto Carrefour. Disponível em: [Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI](#).

¹⁰ Plataforma *online* que tem como objetivo facilitar a busca por empregos por pessoas trans, além de oferecer cursos e eventos para capacitação profissional. Na página, é possível encontrar vagas de emprego sinalizadas

trabalhadores trans para as lojas *Extra* e *Pão de Açúcar* e participou do festival *#AgoraVai*, que ofereceu oficinas e treinamentos para capacitar pessoas trans para o mercado de trabalho. Em 2018, criou internamente um grupo denominado *Grupo orgulho LGBT* com mais de 60 trabalhadores, a fim de realizar atividades e ações para “[...] atrair, reter e desenvolver talentos, além de contribuir com a tomada de consciência sobre a comunidade LGBT”. Em 2019, o *Grupo Pão de Açúcar* promoveu eventos de mais de cinco dias, com a participação de mais de 20 palestrantes e painelistas de diversas empresas, instituições da sociedade civil e/ou educacionais, para um público interno e externo de mil e quinhentas pessoas. Com essas medidas, o grupo se esforça para promover a inclusão e o respeito à diversidade no ambiente.

O jornalista da *CNN* destaca o *Carrefour* como a terceira empresa em sua lista de empresas que se destacam pela inclusão LGBT+. A matéria aponta que a empresa mantém um grupo de afinidades chamado "Todxos", que representa a fração LGBT+ de seus trabalhadores. O engajamento do *Carrefour* com a causa LGBT+ foi tão notável que a cantora Daniela Mercury o mencionou em sua *Live do Orgulho*. A empresa também divulgou que tem uma agenda de combate à violência contra as mulheres e que tem acolhido as pessoas LGBTI+ em tempos de pandemia.

Desde que adotou a pauta da diversidade em 2012, o grupo empresarial contratou cerca de 190 pessoas trans. A empresa também reservou um dia específico para contratar profissionais desse segmento da classe trabalhadora, como destaca a nota divulgada pela própria empresa: "No ano passado, nosso time de recrutamento e seleção investiu em dias específicos para a contratação apenas desses profissionais".

A *Ambev* é outra empresa que aderiu ao mercado rosa e é parceira do *Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+*. Em 2016, a companhia criou o grupo *Larger* (Lésbica & gay & todos respeitados) para discutir práticas de inclusão e bem-estar de pessoas LGBTs no ambiente de trabalho. No mesmo ano, a cerveja *Skol* patrocinou oficialmente a *20ª Parada do Orgulho LGBTI+* em São Paulo e, em 2018, a empresa tornou-se apoiadora das cinco normas de conduta da Organização das Nações Unidas (ONU) para empresas que suportam direitos LGBTI+. Em 2019, a *Ambev* promoveu o "tuitaço do bem", que doava R\$ 1,00 para duas

por empresas que buscam contratar pessoas trans, o que representa uma importante iniciativa de inclusão no mercado de trabalho. Além disso, o portal disponibiliza informações sobre cursos e eventos que visam o aperfeiçoamento profissional dessas pessoas, mostrando que a capacitação é fundamental para a inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento de uma carreira sólida. A existência de uma plataforma como essa é de extrema importância, uma vez que a população trans enfrenta muitas dificuldades para conseguir emprego e enfrenta preconceitos e discriminações no ambiente de trabalho. Disponível em: [Trans Empregos](#).

ONGs LGBT+ (*Casa 1* e *Casinha Acolhida*) a cada postagem com a hashtag #OrgulhoDaMinhaHistoria. As ONGs receberam um total de cem mil reais.

A participação do capital financeiro na promoção da diversidade também é observada através da atuação do *Itaú Unibanco*. Em parceria com a *Consultoria Mais Diversidade*, o banco patrocinou o edital “LGBT+ Orgulho” que contemplou projetos na área de diversidade sexual e de gênero, totalizando o valor de duzentos mil reais no ano de 2018. O edital visava apoiar propostas de caráter cultural, educacional, esportivo ou social. Ademais, internamente, o banco criou o grupo de afinidade “Sou como sou” com o objetivo de fomentar treinamentos, conversas e a revisão de políticas e procedimentos para garantir uma linguagem inclusiva nos materiais internos da empresa.

A *Natura*, há mais de uma década, tem se destacado por suas políticas inclusivas e de diversidade para os trabalhadores LGBTI+. A empresa oferece benefícios específicos para casais do mesmo sexo, tais como licenças parentais estendidas e berçários gratuitos, e adota o nome social para trabalhadores trans. Ademais, a *Natura* implementou uma política de aferição de dados LGBTQ+ com o objetivo de medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de seus colaboradores. Em parceria com a ONG *Casa 1*, a empresa também oferece cursos de maquiagem para transexuais e participou da *Feira de Empregabilidade*, na qual contratou profissionais para suas lojas durante o período natalino. Milena Buosi, gerente de diversidade da *Natura*, enfatiza que a diversidade é um tema presente no cotidiano da empresa e que a *Natura* planeja reforçar que seu modelo pode ser uma alternativa viável para gerar renda e oportunidades de desenvolvimento para o público LGBT+. Internamente, a *Natura* mantém um grupo de afinidades LGBT+ com mais de cem participantes, denominado “Natura em Cores”.

A *EDP* é a sétima empresa destacada em uma matéria da *CNN* que discute as políticas de inclusão e diversidade no ambiente de trabalho. Desde 2019, a empresa mantém um “Programa de Inclusão e Diversidade” composto por seis grupos de afinidades, dentre eles um dedicado ao coletivo LGBT com mais de 111 membros. Em meados de 2020, a empresa identificou a necessidade de estabelecer um “censo da diversidade” de forma anônima para melhor conhecer seus colaboradores e aprimorar ações de acolhimento e inclusão.

Além disso, a *EDP* reconhece a importância de treinamentos e liderança inclusiva para fortalecer a cultura diversa da empresa, tendo inclusive desenvolvido uma versão digital desses programas devido à pandemia da Covid-19. A empresa também patrocina a *Feira Diversa*, o maior evento de recrutamento de jovens LGBT+ da América Latina, além de

aderir à Lei da Empresa Cidadã, que estende direitos como licenças-maternidade e paternidade para casais LGBTs, bem como as regras de adoção.

A multinacional *Ford*, com sede nos Estados Unidos, tem iniciado discussões sobre a temática LGBT+ em suas filiais no Brasil desde 2017. No ano de 2019, a empresa criou internamente um "Comitê de Diversidade" e o grupo de afinidade "Globe", com mais de cem membros. Já a *Arcelormittal*, gigante multinacional do setor siderúrgico, é a nona empresa citada na matéria jornalística em questão. Mesmo em meio à pandemia, a empresa manifestou sua adesão ao *Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+* e demonstrou interesse em adotar práticas já implementadas por outras empresas, tais como a criação de grupos de afinidades.

Por fim, a *Salesforce*, uma empresa de tecnologia americana, adota estratégias para a contratação de trabalhadores LGBT+ e tem como foco o aumento quantitativo e estatístico desses profissionais em seu quadro de funcionários.

O jornalista Luís Lima, em outra matéria publicada na *CNN Business Brasil* em 12 de junho de 2020, intitulada *Diversidade é aposta das empresas para retomada competitiva no pós-pandemia*, aponta a apropriação e mercantilização da pauta LGBT+ pelas grandes corporações em meio à crise. Ricardo Sales, sócio fundador da *Consultoria Mais Diversidade*, destaca que, no pós-pandemia, a complexidade do mundo exigirá respostas de grupos de trabalho diversos e que um ambiente de trabalho respeitoso e engajado está associado ao aumento dos lucros.

Essa é uma das principais razões pelas quais a classe dominante se apropriou da luta das pessoas LGBT+, buscando extrair lucro do potencial mercado consumidor que elas representam. De acordo com a Consultoria estadunidense *Out Leadership*, em 2015, o potencial de compra de consumidores LGBT no Brasil foi estimado em torno de R\$ 420 bilhões. Nesse sentido, não há dúvida quanto às intenções das empresas em relação à mercantilização das identidades LGBT+ no mercado consumidor de bens específicos.

No governo Bolsonaro (2018-2022), tivemos diversas facções burguesas que o apoiavam incondicionalmente na pauta econômica, liderada pelo seu então ministro, Paulo Guedes. Nesse sentido, os agentes do mercado compartilham a mesma ideologia ultraliberal do governo, ao qual concederam apoio para ocupar o Palácio do Planalto. No entanto, a chamada pauta "ideológica" ou de costumes, pode criar obstáculos para o jogo burguês, especialmente quando as empresas estão investindo em mercantilizar a diversidade e o governo é ostensivamente lgbtfóbico.

De acordo com Ricardo Gomes, presidente da Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil, antes da posse de Jair Bolsonaro na presidência da República, um acordo havia sido assinado para incentivar a promoção do turismo LGBT no Brasil, mas na prática não foi implementado, ou seja, "é como se não existisse". Em abril de 2019, quando já estava no cargo de presidente, Bolsonaro afirmou que o Brasil não poderia ser conhecido como um destino de "turismo gay". Como resposta, Ricardo Gomes enviou-lhe uma carta destacando o potencial econômico do setor em todo o mundo: em 2018, o mercado de turismo LGBT movimentou US\$ 218,7 bilhões, segundo a pesquisa *LGBT Travel Market*, promovida anualmente pela consultoria *Out Now/WTM*. No Brasil, esse potencial é estimado em US\$ 26 bilhões.

Para entendermos o que está na lógica do andar de cima quando falam de inclusão e diversidade, é preciso olhar para a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, a declaração de Ricardo Gomes é esclarecedora: "Estamos falando de dinheiro, da rentabilidade do turismo LGBT, para além de questões de sexualidade e gênero"¹¹. Isso significa que a preocupação das empresas com a inclusão e a diversidade não se deve apenas a questões morais ou éticas, mas sim ao potencial de lucro que esse mercado representa.

No entanto, é importante não generalizar o potencial de consumo da população LGBT+ no mercado, como aponta Mariana Oliveira (2018). As pesquisas de mercado sobre o assunto tendem a ocultar o fato de que muitos trabalhadores LGBT+ não têm poder aquisitivo para consumir produtos destinados a esse público. Além disso, essa abordagem dificulta a análise dos trabalhadores LGBT+ como parte integrante do processo produtivo, muitas vezes inseridos em empregos precários. Este assunto será retomado posteriormente.

Fórum de empresas e direitos LGBTI+ como Aparelho Privado de Hegemonia

O conceito de aparelhos privados de hegemonia (APHs) proposto por Antonio Gramsci refere-se à forma como a dominação e direção burguesas são exercidas por meio da articulação dialética da sociedade política e da sociedade civil. Enquanto os aparelhos coercitivos concentram o eixo da dominação burguesa no primeiro braço do Estado, o segundo braço é composto por aparelhos ideológicos que organizam vontades coletivas e consensos, mas que também possuem um aspecto coercitivo em seu interior. Esses conceitos são discutidos nos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci e são fundamentais para entender a dinâmica da luta de classes em curso e a concepção de Estado ampliado. É importante

¹¹ O texto ressalta a importância da união entre empresas e organizações para superar esses desafios e promover o desenvolvimento sustentável do setor de turismo LGBT no Brasil. Disponível em: [Diário do Turismo](#).

destacar que a análise de Gramsci não deve ser generalizada, mas sim aplicada a contextos específicos e concretos, levando em conta as particularidades históricas e sociais de cada situação. Adentramos então aos *Cadernos do Cárcere*:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2016, p. 96).

Hegemonia em Gramsci também tem uma variação de significado, no caso desse trecho, o exercício da força aparece amparado em certo nível de consenso, já que em outra passagem o marxista sardo remete à ideia de que o consentimento hegemônico não ocorre sem dose de poder coercitivo, conforme citação seguinte:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma rerepresentação da forma corporativo-econômico, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2016, p. 248).

O conceito de hegemonia em Antonio Gramsci é bastante complexo e se relaciona com a dinâmica da luta de classes em curso na sociedade. Em uma de suas acepções, a hegemonia é a capacidade de uma classe social dominante exercer a direção política e cultural sobre as demais classes, de modo que estas se submetam voluntariamente à sua liderança. Essa liderança não é baseada somente no uso da força bruta, mas também no consenso que a classe dominante é capaz de estabelecer com as demais classes.

Entretanto, é importante ressaltar que o consenso hegemônico não é alcançado sem o uso de algum grau de poder coercitivo. Como Gramsci (2016, p. 251) afirma em outra passagem dos *Cadernos do Cárcere*: "O consenso não é nunca 'espontâneo', nunca 'dado', sempre 'construído', e isso equivale a dizer que os elementos coercitivos e os elementos persuasivos nunca estão ausentes da hegemonia, e que não há hegemonia que não repouse em coerção".

Desse modo, a ideia de hegemonia em Gramsci envolve tanto o aspecto ideológico e persuasivo quanto o aspecto coercitivo do poder exercido pela classe dominante. É importante destacar que Gramsci entendia a sociedade como um todo complexo, composto tanto da sociedade política (Estado) quanto da sociedade civil (instituições, organizações e

grupos sociais), e que a hegemonia se estabelece por meio da articulação dialética dessas duas esferas.

De acordo com Virgínia Fontes (2020, p. 13), o conceito de aparelhos privados de hegemonia (APHs) é útil para compreender a dinâmica da luta de classes em curso e a concepção de Estado ampliado em Gramsci, onde a dominação burguesa é exercida pela articulação dialética da sociedade política e da sociedade civil. O primeiro braço do Estado se concentra nos aparelhos coercitivos, enquanto o segundo é mais ideológico e atua na organização de vontades coletivas e consensos. No entanto, o consentimento hegemônico não ocorre sem uma dose de poder coercitivo, como mencionado em outra passagem dos *Cadernos do Cárcere*.

No contexto brasileiro contemporâneo, vários APHs se especializaram em formar lideranças empresariais e reagrupar empresas e outros APHs empresariais para definir políticas públicas em benefício dos setores econômicos de origem ou redefinir o conjunto das políticas públicas. O *Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+*, criado em 2013, é um exemplo desse tipo de APH. Sua carta, que consiste em dez compromissos para orientar o papel das empresas no tema dos direitos LGBTI+, tem como objetivo qualificar a demanda no relacionamento com a sociedade e com o Estado em sentido restrito. São eles:

- Comprometer-se, presidência e executivo, com o respeito e com a promoção dos direitos LGBTI+;
- Promover igualdade de oportunidades e tratamento justo às pessoas LGBTI+;
- Promover um ambiente respeitoso, seguro e saudável para as pessoas LGBTI+;
- Sensibilizar e educar para o respeito aos direitos LGBTI+;
- Estimular e apoiar a criação de grupos de afinidade LGBTI+;
- Promover o respeito aos direitos LGBTI+ na comunicação e *marketing*;
- Promover o respeito aos direitos LGBTI+ no planejamento de produtos, serviços e atendimento aos clientes;
- Promover ações de desenvolvimento profissional de pessoas do segmento LGBTI+;
- Promover o desenvolvimento econômico e social das pessoas LGBTI+ na cadeia de valor;
- Promover e apoiar ações em prol dos direitos LGBTI+ na comunidade.

O *Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+* foi criado em 2013 como um espaço de articulação entre empresas, organizações da sociedade civil e representantes do poder público para discutir ações em favor dos direitos LGBTI+. Ao longo de cinco anos, foram realizadas

quinze reuniões, cada uma com um tema específico para orientar as atividades do Fórum. O quadro abaixo apresenta as temáticas abordadas em cada reunião:

Tabela 1 - Reuniões do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+

ANO	TEMA
2013	Lançamento do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+
2014	Direitos Humanos e Diversidade
2014	Inclusão LGBTI+ no Mercado de Trabalho
2015	Diversidade e Inclusão nas Empresas
2015	LGBTI+ e os Desafios do Acesso à Saúde
2016	Ações Empresariais pela Diversidade
2016	Diversidade e Inclusão no Setor Público
2017	Inclusão LGBTI+ na Cadeia de Valor das Empresas
2017	Desafios e Oportunidades do Turismo LGBTI+
2018	LGBTI+ e os Desafios da Educação
2018	Desafios para a Promoção da Diversidade nas Empresas
2018	Inclusão LGBTI+ e a Responsabilidade Social das Empresas
2018	Negócios e Empreendedorismo LGBTI+
2018	Encontro Nacional do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+

Fonte: Dados da tabela obtidos do *website* do [Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+](#). Acesso em 03/maio/2023.

As temáticas discutidas refletem a preocupação do Fórum em abordar os desafios da inclusão e promoção da diversidade LGBTI+ em diferentes âmbitos, como no mercado de trabalho, na saúde, na educação, no setor público e na cadeia de valor das empresas. Além disso, busca estimular ações empresariais voltadas para a diversidade e inclusão, bem como discutir o papel das empresas na promoção dos direitos LGBTI+ e na responsabilidade social.

Para aderir formalmente ao Fórum, a empresa deve assinar uma carta de adesão se comprometendo em ser signatária do mesmo. Hoje já são diversas corporações aderentes conforme podemos ver nas imagens a seguir:



Imagem 1 – Apoiadores Master do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ (2023).



Fonte: Imagem coletada a partir de um *printscreen* do website do [Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+](#). Acesso em 03/Maio/ 2023.

Imagem 2 – Apoiadores Pleno do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ (2023).



Fonte: Imagem coletada a partir de um *printscreen* do website do [Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+](#). Acesso em 03/Maio/2023.

A gramática dos capitais, presente no discurso do *Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+*, encontra sua origem no liberalismo clássico e atualiza-se para o mundo contemporâneo neoliberal. A justificativa para a criação do Fórum, disponível em seu site,

remete à epígrafe iluminista de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, bem como à ideia de mobilização de empresas comprometidas em tornar verdade a máxima da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse sentido, é importante notar que a defesa dos direitos humanos e da igualdade perante a lei é uma das principais bandeiras do liberalismo, que busca garantir o livre mercado e a liberdade individual acima de tudo. Contudo, é necessário destacar que a implementação dessas ideias no contexto atual do neoliberalismo pode ser questionada, uma vez que a lógica do mercado muitas vezes se sobrepõe à defesa dos direitos humanos e da igualdade, deixando em segundo plano questões sociais e de justiça distributiva.

O trecho em questão aborda a atuação de sujeitos da burguesia e do *Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+*, que buscam articular a construção de uma vontade coletiva e de unificação das frações da classe dominante em torno da defesa da ideologia neoliberal inclusiva, sustentável e diversificada. Nesse sentido, a incorporação da pauta LGBT+ na atuação empresarial é uma forma de buscar a unificação do conjunto das frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, conquistar corações e mentes na sociedade ao apresentar uma autoimagem de empresa cidadã e plural.

Além disso, o Fórum também busca influenciar a sociedade com ações concretas e conquistar o consentimento e a adesão das LGBT+ quanto ao projeto de sociedade hegemônico pelo grande capital financeiro. Isso significa que a atuação empresarial não está restrita ao âmbito econômico, mas também tem impacto na construção da hegemonia cultural e ideológica da classe dominante na sociedade.

Pensando a questão do racismo estrutural para entendermos mais da dinâmica do capitalismo, é importante recuperar uma passagem de Antonio Gramsci citada por Sílvio Almeida em seu livro *Racismo Estrutural*. Gramsci (apud ALMEIDA, 2020, p. 96) afirmou que “[...] os liames da sociedade capitalista são mantidos por uma combinação de violência e consenso, cujas doses dependem do estágio em que se encontram os conflitos e as crises”. Em outras palavras, uma sociedade estruturada em desigualdades sociais, raciais e sexistas, tende a gerar conflitos e tensões sociais que a classe ou grupo social no poder precisa lidar. Para manter a hegemonia, o grupo dominante precisa fazer concessões aos grupos subalternizados, a fim de garantir que questões essenciais, como o controle da economia e as decisões fundamentais da política, permaneçam nas mãos da classe hegemônica.

No entanto, como ressalta Almeida (2020, p. 41), as concessões não alteram a estrutura societária na sua raiz, nem deslocam o controle da sociedade realizado por uma

minorias brancas burguesas. Em vez disso, tais concessões fazem parte da incorporação dos grupos subalternos ao projeto dominante. O preço político a ser pago é a domesticação, a conciliação e o apassivamento das lutas sociais.

Um exemplo de concessão são as iniciativas de políticas afirmativas realizadas para a população negra no Brasil, que, embora não devam ser desconsideradas, não mudam a estrutura societária na sua raiz. Ainda assim, a luta por políticas afirmativas é importante para enfrentar o racismo estrutural, que tem raízes profundas na sociedade brasileira. Contudo, é preciso compreender que as concessões não são suficientes para transformar a realidade social e econômica, uma vez que fazem parte da lógica capitalista de reprodução da exploração e da precarização do proletariado precarizado, negro, rosa (SADER, 2012) e feminilizado¹².

O Fórum se apresenta como uma iniciativa que busca promover a inclusão e a diversidade dentro das corporações. No entanto, é importante questionar quem é o público prioritário das publicações divulgadas pelo Fórum e qual é o objetivo real dessa iniciativa. A meu ver, o Fórum visa convencer e unificar o andar de cima do capitalismo, ou seja, os empresários das corporações signatárias, e também ter a adesão do andar de baixo e da sociedade de um modo geral quanto ao projeto de um suposto “capitalismo inclusivo”. Isso significa que o Fórum, na verdade, busca ocultar a natureza brutal da dominação de classe em pleno capitalismo em crise.

Dessa forma, é preciso observar a partir de um olhar crítico para essas iniciativas que supostamente promovem a inclusão e a diversidade, mas que na verdade servem aos interesses do capitalismo. É importante que as lutas pelos direitos sexuais e de gênero sejam articuladas de forma a questionar e transformar as estruturas opressivas do sistema capitalista, em vez de serem utilizadas como ferramentas para sua manutenção.

O *Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+*, a *TransEmpregos*, a *Consultoria Mais Diversidade* e o *Instituto Carrefour* são exemplos de aparelhos privados de hegemonia no sentido gramsciano, ou seja, são instituições da sociedade civil que buscam manter a direção de um projeto de sociedade burguesa comandado pela burguesia, mas que incorpora setores médios e subalternizados mediante algumas concessões materiais e simbólicas com o objetivo de alcançar o consenso hegemônico.

¹² De acordo com Souza (2018), a feminilização é um processo social que ocorre quando atividades e profissões antes predominantemente masculinas passam a ser exercidas majoritariamente por mulheres. Esse fenômeno se relaciona com a ascensão de mulheres no mercado de trabalho, bem como com a mudança de valores e estereótipos de gênero na sociedade.

Essas instituições promovem ações voltadas para a inclusão e diversidade nas empresas, mas suas iniciativas são frequentemente limitadas e restritas a um âmbito empresarial, não se estendendo para além das fronteiras das corporações. Essas iniciativas podem até mesmo servir como uma cortina de fumaça para encobrir a exploração e a opressão que são intrínsecas ao sistema capitalista em crise.

É importante ressaltar que essas instituições não buscam transformar a sociedade em sua raiz, mas sim manter o *status quo*, ocultando as contradições de classe e a exploração que caracterizam o sistema capitalista. Portanto, é necessário um olhar crítico sobre essas iniciativas e sobre o papel que elas desempenham na manutenção da dominação burguesa.

Desde a fundação do *SOMOS*¹³ em 1978, o movimento LGBTQIA+ vem se organizando e adquirindo força política nas ruas e em outros espaços de sociabilidade. No entanto, com a crescente busca das empresas por apoio e consenso por parte dessa comunidade, vemos uma apropriação da pauta e da linguagem do movimento por parte dos capitais. Alguns intelectuais engajados nos movimentos sociais utilizam termos como "diversidade", "empoderamento" e "interseccionalidade" em suas obras para abordar essas questões. Como exemplo, podemos citar a fala de Ricardo Sales, sócio fundador da *Consultoria Mais Diversidade*, que destaca a importância de se abordar o tema do gênero de forma interseccional, envolvendo mulheres negras e com deficiência, além das mulheres brancas na liderança. Afinal, falar sobre gênero de maneira não interseccional pode levar a uma conversa elitista e incompleta.

O capitalismo é um sistema econômico que se caracteriza por uma estrutura hierárquica e desigual, no qual a propriedade privada dos meios de produção é a base para a acumulação de riqueza. Dentro dessa dinâmica, a lógica da maximização do lucro é o motor que impulsiona o mercado, e as diferenças entre as pessoas são frequentemente exploradas para servir a esse propósito. O sistema se beneficia, por exemplo, da disponibilidade de mão de obra barata e de mercados consumidores segmentados rentáveis, independentemente de quais sejam as características que definem esses grupos.

No entanto, quando as diferenças transcendem essas questões econômicas e se manifestam em lutas por igualdade de classe, gênero, raça ou orientação sexual, o sistema capitalista tende a responder de maneira mais enérgica. Nesse sentido, a força coercitiva da sociedade política assume um papel mais proeminente, com o Estado exercendo sua função de controle social por meio da repressão. O Estado, então, se apresenta como um guardião da

¹³ O SOMOS foi uma organização fundada em 1978 por um grupo de homossexuais no Brasil. Ver: ARAUJO, 2019.

ordem vigente, encarregado de coibir movimentos sociais que ultrapassem os limites impostos pelo *status quo*.

Assim, a coerção estatal se configura como uma ameaça à liberdade e aos direitos dos indivíduos que lutam por mudanças sociais e políticas. Em vez de promover uma verdadeira democracia e igualdade, o Estado serve aos interesses da classe dominante, reprimindo aqueles que ousam desafiar a ordem estabelecida. É nesse contexto que a luta por uma sociedade mais justa e igualitária se torna uma tarefa árdua e complexa, que exige a superação das barreiras políticas, econômicas e culturais impostas pelo sistema capitalista.

Precarização do trabalho

Parto da hipótese de que a atual investida do mercado em relação ao *pink money* está relacionada ao processo de reestruturação produtiva do capital em escala global, intensificado a partir da crise econômica de 2008¹⁴. Entretanto, há uma diferença quantitativa e qualitativa quando se analisa a questão ao longo do tempo.

O tema do precariado tem sido estudado por autores marxistas, como Ricardo Antunes & Ruy Braga. Eles afirmam que desde as últimas décadas do século XX vem ocorrendo uma nova morfologia da classe trabalhadora, dentro da ordem global neoliberal, como parte da reestruturação do capital que busca recuperar o padrão de acumulação capitalista. Essa metamorfose tem alterado profundamente a forma de ser da classe trabalhadora, reduzindo o número do proletariado fabril tradicional de tipo taylorista/fordista e crescendo no setor tecnológico e de serviços, com a predominância do infoproletariado. Além disso, desestrutura as ocupações através de empregos formais e avança no setor da informalidade e do trabalho intermitente, utilizando formas de trabalho como terceirização, uberização, teletrabalho, *home office*, cybertariado, contrato zero hora e feminização do labor. Também exclui trabalhadores idosos, considerados “inúteis” para os interesses do capital, e avança no setor do trabalho a domicílio (ANTUNES; BRAGA, 2009/2020).

A atual morfologia do mundo do trabalho a qual tanto viemos falando, fortemente influenciada pela lógica neoliberal, tem gerado consequências negativas e degradantes para a

¹⁴ “*Pink money*” é um termo que se refere ao poder de compra e consumo do público LGBTQIAP+ e que tem sido cada vez mais explorado pelas empresas, instituições financeiras e governos. Esse termo surgiu na década de 1990 nos Estados Unidos e tem sido usado para descrever o crescente mercado de produtos e serviços voltados para a comunidade, como turismo, moda, entretenimento, saúde e bem-estar. De acordo com uma pesquisa realizada pelo *Gay & Lesbian Alliance Against Defamation* (GLAAD), em 2018, a comunidade LGBTQIAP+ nos Estados Unidos representa cerca de US\$ 1 trilhão em poder de compra. No entanto, segundo Garcia (2019), apesar desse mercado em ascensão, é importante considerar que nem todas as empresas que visam lucrar com o *pink money* são realmente comprometidas com a causa e muitas vezes utilizam práticas de *marketing* oportunista.

classe trabalhadora em todo o mundo. Tais impactos são ainda mais dramáticos no sul global dependente e periférico, onde os trabalhadores enfrentam uma série de desafios, como jornadas de trabalho exaustivas, informalidade, intensa rotatividade no mercado de trabalho e inexistência de uma regulação social do trabalho. Além disso, a ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo¹⁵, o aumento dos instrumentos de controle, supervisão e comando, o assédio moral e sexual, o adoecimento e as lesões por esforço repetitivo, o acentuado aumento da fadiga, do estresse e da depressão, a divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho (NOGUEIRA; PASSOS, 2021), o mito do trabalhador “empreendedor”, o trabalho análogo às condições escravas e outras formas de exploração são apenas algumas das consequências preocupantes que afetam a classe trabalhadora mundial.

Nesse contexto material de produção e reprodução da vida, torna-se evidente que a inclusão da força de trabalho LGBTQIAP+ no processo produtivo capitalista atual ocorre de forma precarizada. Segundo Aires (2021), isso se dá em um cenário global em que a burguesia transnacional busca soluções para a crise, por meio de ajustes fiscais, retirada de direitos sociais da classe trabalhadora e investimento na precarização da força de trabalho. Fazendo com que a absorção do proletariado dessa comunidade seja incorporado ao processo produtivo de forma degradante, informal e intermitente.

A precarização da força de trabalho LGBTQIAP+ é uma das consequências dessa nova morfologia do mundo do trabalho que tanto tem sido estudada por autores marxistas. Como já mencionado, a inclusão desses trabalhadores no mercado de trabalho se dá em condições cada vez mais desfavoráveis, como jornadas exaustivas, informalidade, inexistência de uma regulação social do trabalho, assédio moral e sexual, lesões por esforço repetitivo, aumento da fadiga, do estresse e da depressão. Além do mais, tudo isso ocorre em meio a um contexto de aumento da divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho, o que gera ainda mais desigualdades e exclusão social.

A diversidade sexual e de gênero precisa ocupar um espaço coerente na reflexão e na ação política, evitando o engodo de encará-la como subproduto de uma ‘cortina de fumaça’. Para tanto, é necessário recuperar o lugar e o papel, na nossa sociedade, da sexualidade e das relações patriarcais de gênero (entendidas aqui, inicialmente, como as relações nas quais os homens exercem, predominantemente, o poder e as funções de autoridade moral, política, social e econômica, e todas as consequências

¹⁵ Marx trabalhou o conceito de trabalho vivo e trabalho morto em sua obra *O Capital*. O trabalho vivo seria entendido como a capacidade humana de criar valor e produzir bens e serviços, enquanto o trabalho morto é o conjunto de meios de produção utilizados na produção que não possuem a capacidade de criar valor por si só, mas apenas através da combinação com o trabalho vivo, como por exemplo um trabalhador em uma linha de produção que realiza tarefas repetitivas e mecânicas, sem autonomia ou criatividade, seguindo rigorosamente as instruções pré-definidas pela gerência.

que esta situação desigual acarreta) (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021, p. 17).

Sendo assim, é fundamental que sejam criadas políticas públicas e ações afirmativas que promovam a inclusão e a valorização da força de trabalho LGBTQIAP+ de forma digna e justa, sem perpetuar as desigualdades e exclusões presentes no mundo do trabalho. Isso requer uma mudança estrutural na forma como o capitalismo opera e na relação entre capital e trabalho, bem como a promoção de uma cultura organizacional que valorize a diversidade e o respeito aos direitos humanos. Somente assim será possível garantir uma inclusão digna e justa da força de trabalho dessa comunidade no mundo do trabalho contemporâneo.

Enquanto alguns setores apostam no poder aquisitivo dos setores médios da comunidade, investindo em campanhas publicitárias e oferecendo produtos específicos para esse público, a luta do movimento social não deve ser encaminhada na linha da "inclusão" e do "empoderamento" pelo mercado. Isso porque a burguesia está interessada apenas em tirar proveito econômico dessa relação, numa verdadeira prostituição alentada pelos capitalistas que acenam para a pauta das identidades, embalando no mesmo pacote cidadania rebaixada, extração de mais-valor, superexploração da força de trabalho e acumulação capitalista.

A ideologia funciona como uma ferramenta para criar consenso em torno de uma visão paternalista, cidadã e inclusiva por parte das empresas e empresários. No entanto, essa relação é encoberta pela ideologia, que oculta as desigualdades e a divisão sociosexual de trabalho no chão duro do mundo da produção e circulação de mercadorias.

É preocupante que algumas personalidades e militantes da temática LGBTQIAP+ acabem caindo nessa visão ideológica, deixando de considerar as desigualdades e a divisão sociosexual de trabalho no mundo da produção e circulação de mercadorias. É importante destacar que a luta do movimento deve ser orientada para a transformação social, buscando a superação da opressão e da exploração em todas as suas formas, e não apenas para a inclusão no mercado consumidor.

Ao investigar o mundo do trabalho de *telemarketing*, Selma Venco (2009) aponta que este setor da economia tem sido um dos mais propícios para abrigar a população LGBTQIAP+ que enfrenta discriminações em outros setores de prestação de serviços. Isso se dá porque nesses outros setores, a aparência e a identidade de gênero muitas vezes não correspondem ao ideal estético imposto pela sociedade de consumo. Essa conclusão foi tirada a partir da análise das entrevistas realizadas com teleoperadores e teleoperadoras que ingressaram nas Centrais de Teleatividades via emprego formal, mas à distância física dos consumidores.

É possível analisar esse fenômeno que vem ocorrendo nas centrais de teleatividades por pelo menos dois ângulos diametralmente opostos. Por um lado, as desigualdades vividas por negros, mulheres, obesos, homossexuais e outras pessoas discriminadas na sociedade, que são variáveis condicionantes – quando não determinantes – do ingresso no mercado de trabalho, dos níveis salariais e das probabilidades promocionais. Por outro, a emergência de um segmento do mercado de trabalho que traz a possibilidade de inclusão, via emprego formal, mas cuja atividade é, no entanto, realizada a distância e, portanto, reitera as barreiras baseadas no preconceito racial, estético ou sexual, criadas na civilização. A voz e a capacidade de comunicação são fatores preponderantes nesse setor, o qual, contratando pessoas comumente excluídas do mercado de trabalho, por razões pautadas na estética, na cor da pele ou na orientação sexual, obtém melhores índices de produtividade (VENCO, 2009, p. 164).

Diante dessa problematização, o setor não deixa de ser um potencial de sobrevivência e sustento para essas pessoas que são marginalizadas. No entanto, não podemos transformar uma necessidade em virtude, tendo em vista que o capital se apropria dessas bandeiras para manter sua hegemonia. Essa suposta inclusão da comunidade no setor de *telemarketing* é, na verdade, uma reiteração das barreiras estruturais e estruturantes da sociedade racista, machista e LGBTfóbica. Esses sujeitos são inseridos às escondidas por trás de um monitor e um *headset*, atendendo aos interesses burgueses de produtividade, absentismo reduzido e alcance de metas.

Vale ressaltar que a inclusão da população LGBTQIAP+ no mercado de trabalho não pode se resumir à colocação em setores precarizados e invisíveis. É necessário enfrentar as estruturas de opressão e discriminação que permeiam a sociedade de consumo, buscando transformações efetivas para uma inclusão real e não apenas como forma de atender interesses capitalistas. A luta deve ser por uma sociedade justa e igualitária, onde todos e todas possam exercer sua cidadania plenamente, sem medo de serem marginalizados ou discriminados por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O setor de *telemarketing* se tornou o setor mais propício para abrigar esse segmento da classe trabalhadora, pois a população LGBTQIAP+ enfrenta obstáculos em setores que envolvem contato direto com os consumidores, por exemplo.

Trabalhadoras travestis, transexuais, ‘bichas’ afeminadas, ‘sapas’ masculinizadas etc. estão constantemente em empregos precários e informais, porque não podem acessar uma série de empregos que garantem certos status sociais. O fato de fugirem muito do padrão heterossexista é uma desvantagem na hora de conseguir os melhores empregos; o que muitas vezes leva trabalhadoras/es LGBT a se submeterem a trabalhos estressantes, repetitivos e mal remunerados, como telemarketing, salões de beleza e atendimento em loja (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021, p. 78).

Pensando a mulher, que por muitas vezes é vista de forma inferior ao homem – como um ser mais emocional –, a mulher pode ser entendida dentro dos papéis desempenhados nas

empresas como mais cordiais, amáveis e simpáticas, em suma, um ser mais submisso e, portanto, mais fácil de ser controlado. Se tornam então um ótimo atrativo para um trabalho que lida com atendimento e marcas, estereótipo machista muito semelhante ao atribuído muitas vezes à comunidade LGBTQIAP+. Selma (2009, p. 163) aborda isso em suas pesquisas ao perguntar a um atendente a que ele atribui o alto percentual de mulheres e homossexuais no teleatendimento, “[...] para ele, são pessoas mais sensíveis e pacientes, aspectos fundamentais tanto para a realização de boas vendas quanto para a retenção de clientes”.

Imagem 3 – Campanha interna em celebração ao mês do orgulho LGBTQIAP+ em uma empresa de Campina Grande (2022).



Fonte: Imagem cedida por trabalhador, 2022.

Nesse sentido, a invisibilidade física proporcionada pelo trabalho em *call centers* torna-se uma vantagem, permitindo que esse público possa trabalhar sem ter que se preocupar com as questões estéticas ditadas pela sociedade de consumo. No entanto, essa análise pode não se aplicar a outros setores da economia capitalista. Empresas de diversos setores, como grandes redes de supermercados, bancos, empresas de cosméticos, do setor automotivo, comércio de bebidas, entre outros, também estão incluindo a força de trabalho LGBTQIAP+ em seus quadros, exigindo o contato pessoal com os clientes. Nesse sentido, é importante destacar que prevalece a busca pelo barateamento do custo dessa força de trabalho, que, em

um contexto de desemprego estrutural, acaba aceitando os piores salários, trabalhando longas horas diárias e sofrendo todo tipo de assédio.

Além disso, as empresas buscam domesticar os movimentos sociais, para construir uma hegemonia no seu interior. Para tanto, utilizam-se de estratégias publicitárias e de *marketing* que visam ajustar e domesticar a pauta de direitos do movimento social, desde que sob a égide prioritária do consumo. Essa relação de consumo acaba transformando os direitos em mercadorias, em que a cidadania é rebaixada, o mais-valor é extraído, a força de trabalho é superexplorada e o capital é acumulado.

Portanto, é importante que o Movimento LGBTQIAP+ não seja encaminhado na linha da "inclusão" e do "empoderamento" pelo mercado, pois a burguesia só se interessa pela comunidade com o objetivo de tirar proveito econômico dessa relação. É preciso lutar contra a ideologia dominante que acena para a pauta das identidades e encobre as desigualdades e a divisão homossexual do trabalho no mundo da produção e circulação de mercadorias. É preciso que o Movimento esteja atento e consciente de suas lutas, evitando ser cooptado pelo discurso ideológico e mercadológico das empresas.

Considerações Finais

Em uma perspectiva socialista e marxista, a luta por reconhecimento identitário pode ser vista como um caminho importante para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, essa luta deve ser conduzida de maneira consciente e integrada à luta de classes. Isso significa que a luta pelos direitos LGBTQIAP+ não pode ser dissociada da luta pela derrubada das estruturas capitalistas e do patriarcado heterossexista.

Assim, é fundamental que os movimentos sociais se unam em uma luta comum, na qual a luta pela identidade de gênero e orientação sexual seja entendida como uma parte integral da luta pela justiça social. Em outras palavras, é preciso que os grupos e movimentos sejam vistos como parte da classe trabalhadora, e que a luta por seus direitos seja encarada como uma luta pelo fim da exploração e da opressão. Segundo Aires (2021), corre-se o risco de apenas mitigar alguns direitos, enquanto a exploração e a opressão continuam a ocorrer. Isso leva a um cenário em que o suor e o sangue dos subalternizados continuam a escorrer e manchar a bandeira alegre do arco-íris. Portanto, a luta por reconhecimento identitário deve ser integrada a uma luta mais ampla pela emancipação social, política e econômica, a fim de se alcançar uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

Referências

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAUJO, R. LGBT+ e o capitalismo inclusivo: o fetiche da diversidade e as estratégias de dominação. **Revista Socialismo e Liberdade**, v. 9, p. 28-35, 2019.

AIRES, J. L. Q. Do armário ao mercado: capitalismo e a mercantilização das identidades LGBT+. **Revista Mnemosine**, v. 12, n. 2, p. 139-167, 2021.

BOYÉ, S. Por um feminismo materialista e *queer*. **Revista Crítica Marxista**, n. 45, p. 51-70, 2019.

BUTLER, Judith. **O Problema do Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

CHIRILÃ, Andrei. Cinema e lembranças O documentário Dzi Croquettes (2009) e a construção de biografias e legados. **Revista Tempo Espaço e Linguagem**, v. 11, n. 2, 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CORREIA, S. A construção social das identidades de gênero: reflexões sobre a cisgeneridade e a transgeneridade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 129-143, 2018.

DUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017.

DUGGAN, L. "The new homnormativity: the sexual politics of neoliberalism". In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana. **Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics**. Londres: Duke University Press, 2002.

ENG, David L.; HALBERSTAM, Judith; MUÑOZ, José Esteban. Introduction: What's Queer About Queer Studies Now? **Social Text**, v. 23, n. 3-4, p. 1-17, 2005.

FISKE, John. **Understanding popular culture**. Routledge, 1989.

GARCIA, K. M. A. O *Pink Money* e a Mercantilização da Diversidade Sexual: reflexões sobre a mercantilização da causa LGBTQI+. **Revista Direitos Culturais**, v. 13, n. 26, 2019.

GREEN, James. **Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRAHAM, Mark; HJORTH, Isis; LEHDONVIRTA, Vili. Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. Transfer: **European Review of Labour and Research**, v. 23, n. 2, p. 135-162, 2017.

HENNESSY, Rosemary. Returning to Reproduction Queerly: Sex, Labor, Need. **Rethinking Marxism**, v. 18, n. 3, p. 387-395, 2006.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1991.

HAUG, F.. Para uma teoria das relações de gênero. In: BORON, A; AMADEO, J; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

HOLMAN, D.; FERNIE, S. Call centres and beyond: a thematic evaluation. **Human Resource Management Journal**, v. 10, n. 3, p. 1-18, 2000.

HALL, Stuart. Encoding/decoding. In: **Cultural Studies: Two Paradigms**. University of Illinois Press, 1980. p. 128-138.

LIMA, Paulo Gomes; PRZYLEPA, Mariclei. Contexto de influências das políticas curriculares no Brasil a partir do processo de redemocratização. **Revista eCurriculum**, v. 13, n. 03, p. 418-451, 2015.

LEITE, R. A. S. A economia rosa e a heteronormatividade. **Revista Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 122-142, 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luciano Cavini Martorano; Nélcio Schneider; Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Revista de Ciências Sociais e Humanas**, v. 13, n. 25, p. 135-149, 2021.

NEGRO, Antonio Luigi. Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita. In: Coletânea MALERBA, J.; AGUIRRE ROJAS, C. A. **História contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2006.

NUNES, Ruan. Desafios da teoria Queer: ideologia e ignorância nos axiomas de Eve Sedgwick. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 10, n. 2, p. 25-44, 2019.

OLIVEIRA, Marco Antonio De. Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil. *In*: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Além da Fábrica** – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado** – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. Ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROSSINI, Taiza. **Binaridade, Historicidade e Feminismo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia), Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2018.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

STEARNS, Peter N. **Sexuality in World History**. Routledge, 2015.

SOUZA, E. D. Feminização do trabalho e a precarização do emprego das mulheres. *In*: OLIVEIRA, V. S.; MOREIRA, R. S. Moreira; MACHADO, C. M. L. (Orgs.), **Trabalho, política e sociedade: olhares interdisciplinares**. Editora Intersaberes, 2018.

SILVA, C. M. P. **Pink Money, identidades LGBT e a precarização do trabalho: um estudo sobre as relações de trabalho nas empresas que adotam políticas de diversidade sexual e de gênero**. Tese (Doutorado), Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2019.

SEARS, Alan. Queer Anti-Capitalism: What's Left of Lesbian and Gay Liberation? **Science & Society**, v. 69, n. 1, p. 92, 112, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade e cidadania. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Cidadania, um projeto em construção: Minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 118-129.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: EDUNICAMP, 2001.

Fontes

American Psychological Association.

A Gay & Lesbian Alliance Against Defamation (GLAAD).

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

Submetido em: 18 de maio de 2023.

Aceito em: 10 de agosto de 2023.